



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

HORA DE ABERTURA: 9 horas e 40 minutos.

PRESENCAS: Manuel de Sousa e Silva (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Vasco Manuel Simões Reis, em substituição de Rogério Fernandes Duarte (PSD), Rui Manuel Ferreira de Almeida, em substituição de António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), António José Correia Ferreira Alves, em substituição de António Augusto Ferreira Gomes (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, em substituição de Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Ana Paula Correia Martins, Tesoureira da Junta de Freguesia de Bordonhos, em substituição do seu Presidente (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Fernando Pinto Duarte, Vogal da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, em substituição do seu Presidente (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

LOCAL: Edifício-sede da Junta de Freguesia de Manhouce.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Período de Intervenção do Público.
2. Tomada de posse de membro no Conselho Municipal de Segurança.
3. Período de Antes da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Aprovação da ata do dia 21/12/2018;
 - 3.2 - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos;
 - 3.3 - Outros assuntos.
4. Assuntos da Ordem do Dia:
 - 4.1 - Análise da Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
 - 4.2 - Informação sobre o Relatório Anual de Atividades da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul;
 - 4.3 - Designação de representante para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul;
 - 4.4 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo”;
 - 4.5 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento de Apoio e Financiamento ao Associativismo Desportivo”;
 - 4.6 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento da Universidade Sénior”;
 - 4.7 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração ao Regulamento de Utilização do Complexo Desportivo Municipal”;
 - 4.8 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Regulamento de Funcionamento dos Serviços da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação do 1.º Ciclo e das Atividades de Animação e de Apoio às Famílias dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar”;
 - 4.9 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Celebração de contrato interadministrativo para delegação de competências na freguesia de Sul, para requerer declaração de utilidade pública de prédio destinado a ampliação de cemitério novo na freguesia de Sul”;
 - 4.10 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Proposta da freguesia de Sul para alteração ao contrato interadministrativo de delegação de competências para a execução de faixas de proteção às vias municipais”;
 - 4.11 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Refuncionalização da zona de lazer em Pouves - Parque Ambiental - Declaração de interesse coletivo e objetivo de utilização pública”;
 - 4.12 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Declarações de pagamentos e recebimentos em atraso e compromissos plurianuais a 31/12/2018”;
 - 4.13 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais nos domínios da proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos - Decreto-lei nº 20/2019”;
 - 4.14 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais no domínio da educação - Decreto-lei nº 21/2019”;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.15 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais no domínio da saúde - Decreto-lei nº 23/2019”;

4.16 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais respeitantes à contratação do serviço de seguros - Repartição de encargos por três anos económicos”;

4.17 - Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Executivo sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais respeitantes à aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasolinas e gasóleo, com recurso a cartão eletrónico de abastecimento, por recurso ao Acordo Quadro - Repartição de encargos por quatro anos económicos”.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:Publicações:

- “Ecos da Gravia”, referente aos meses de Novembro/Dezembro de 2018 e Janeiro 2019;
- “Voz das Misericórdias”, referente ao mês de janeiro de 2019;
- “Revista das Assembleias Municipais”, referente aos meses de Outubro-Dezembro 2018.

Mails:

- Da ANAM, datado de 04/01/2019, a dar conhecimento da Moção “Valorizar Murça, a Região, o Interior e Portugal” remetida pelo Presidente da Assembleia Municipal de Murça, aprovada por unanimidade na sua sessão ordinária de 30/11/2018;
- Da ANAM, datado de 09/01/2019, a remeter convite para a reunião “ANAM em Diálogo”, realizada no dia 25/01/2018, no Auditório Municipal de Castro Daire;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 09/01/2019, a remeter Projeto de Resolução que recomenda ao Governo o “Alargamento do âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta”;
- Da ANAM, datado de 09/01/2019, a remeter os pareceres “IRS-Competências Câmara Municipal e Assembleia Municipal” e “Incompatibilidades Assembleia Municipal e AF”;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 09/01/2019, a remeter documento que sumariza as principais atividades/ações/projetos que têm vindo a ser desenvolvidas pela CIM Viseu Dão Lafões ao longo dos últimos anos, nos domínios temáticos que estão a ser alvo de descentralização administrativa;
- Da ANAM, datado de 11/01/2019, a solicitar o envio em formato digital do Regimento em vigor da Assembleia Municipal e os diversos regulamentos internos, bem como a indicação das Boas Práticas na condução da Assembleia Municipal;
- Da Assembleia Municipal de Torres Vedras, datado de 15/01/2019, a remeter a recomendação “Aeroporto Complementar de Lisboa (Portela+1) – Montijo versus OTA”, aprovada por maioria na sua sessão ordinária de 29/11/2019;
- Da ERSE, datado de 22/01/2019, a remeter propostas no âmbito da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, sobre concessões municipais de distribuição de energia elétrica em BT;
- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 29/01/2019, a remeter cópia das minutas de deliberação acerca das transferências de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, na sequência de reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da CIM, realizada no dia 23/01/2019;

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ANAM, datado de 31/01/2019, a dar conhecimento dos resultados obtidos na reunião “ANAM em Diálogo”, realizada no dia 05/02/2019, em Castro Daire;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 05/02/2019, a remeter Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que considere a abolição das portagens na A24 – Autoestrada do Interior Norte;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 05/02/2019, a remeter Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que considere a abolição das portagens na A25 – Autoestrada das Beira Alta e Litoral;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 06/02/2019, a remeter Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que inicie o processo de reversão da privatização dos CTT – Correios de Portugal, por forma a que a sua gestão regresse à esfera do Estado.

Faltas:

- Do Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte (PSD), datado de 13/02/2019, à sessão do dia 22/02/2019.

Ofícios:

- Da CIM Viseu Dão Lafões, datado de 13/12/2018, a remeter o Plano de Atividades e Orçamento do exercício económico de 2019;
- Do Gabinete do Ministro Adjunto e da Economia, datado de 11/02/2019, a dar conhecimento de terem reencaminhado a moção sobre a iluminação pública ao Chefe de Gabinete do Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética.

Verificada a existência de quórum, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a presente sessão, começando por dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Alberto Duarte Laranjeira, o qual deu as boas-vindas a todos os presentes, manifestando a sua satisfação pela realização da presente sessão na sua freguesia. Referiu ainda que na sua freguesia apenas existem duas estradas por alcatroar, Gestoso e Carregal, que irão ser realizadas ainda este ano. Disse também que a Junta de Freguesia de Manhouce se vai focar mais na cultura do povo de Manhouce, que um dos grandes objetivos era canalizar o turismo para a sua região, manifestando ainda a sua tristeza pelo facto do Geoparque ir apenas até Arouca. Relativamente à Feira da Vitela, disse não ter dúvidas de que, futuramente, iria ser o maior evento de toda a região de Lafões, aproveitando para convidar todos os presentes a estarem presentes no referido evento.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções:-----

Vera Santos: Fez intervenção com o seguinte teor: “Nos últimos cinco anos morreram mais de setenta pessoas desta freguesia, nasceram apenas seis crianças e que, a juntar a este facto, trezentas pessoas que constam do caderno eleitoral desta freguesia não votam porque estão emigradas. Este executivo tem alguma medida para contrariar esta tendência? Fala-se nos passadiços, um projeto já submetido e chumbado, sabendo que se está a trabalhar no sentido de uma nova candidatura, a questão que se impõe é: se voltar a falhar, qual é alternativa? O povo dá como garantido o museu para Manhouce, projeto esse que também nunca chegou a sair do campo das intenções, porque também foi chumbado, há alternativa? Como é que o executivo pretende captar investimento privado? Quais são as medidas para a fixação de jovens na freguesia, especialmente em idade fértil, de modo a garantir a manutenção da escola? Há projeto



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um centro de estudos ou de classificação do nosso património arqueológico à semelhança do que existe atualmente no vizinho concelho de Arouca? Para quando a resolução de problemas graves como o alargamento da ponte de Gestosinho, o saneamento em Vilarinho ou os esgotos da ponte de Manhouce? Onde, quando e como é que este executivo deu apoio ao associativismo manhoucense? Há algum programa de proximidade para combater o isolamento social dos nossos idosos que nesta freguesia chega a atingir o nível de flagelo social? Para quando a promoção de atividades que vão para além da Feira da Vitela? Feira da Vitela ou feira das vaidades, isto porque, por cada ano que passa, este certame vai-se afirmando como um dos pontos altos do populismo nesta freguesia, onde só dá dinheiro a ganhar a alguns e onde se promovem coisas que não existem. Para quando a requalificação do campo grande e consequente reflorestação deste parque natural? Onde é que está o socialismo deste executivo, que se diz sempre presente, numa freguesia em que existe um ser humano que vive na mais absoluta miséria, numa zona remota, sem acesso a luz elétrica porque não tem qualquer rasgo, nem sequer um rasgo em terra batida para a sua residência, privado de tudo, inclusive de socorro em tempo útil, por viver numa zona sem acesso mas de grande importância histórica para a freguesia, chamada a Cova da Onça? E não vale a pena dizer que não há conhecimento do caso, porque o referido cidadão é apoiado pelos serviços sociais do município. Tendo a Câmara Municipal aprovado e divulgado, com pompa e circunstância, o projeto CLDS+ para Manhouce, dizendo na altura que iria beneficiar a população desta freguesia, ainda hoje não se consegue perceber como é que foi possível que tal projeto não tivesse criado um único posto de trabalho local, nem tão pouco que a sua localização tenha contribuído para o desenvolvimento social desta zona serrana, cada vez mais carenciada. Antes de terminar gostaria de deixar o reparo ao Senhor Presidente que foi o seu executivo que vendeu as escolas, não basta vir a Manhouce dizer que se gosta da terra ou que se tem cá amigos, é preciso mostrar obra. Manhouce não são só cantigas, Manhouce tem gente, gente de bem e que merece muito mais. Desta forma termino a minha intervenção, antecipando a vossa resposta que será a minha derrota em outubro 2017, saibam que a minha derrota está explicada e assumida. Por esse motivo, desafio os senhores a assumir que falharam na estratégia para a freguesia e a assumir um verdadeiro compromisso de trabalho para o futuro, pois como vos mostrei, não condicionarão através de pressões, a única forma de conquistar o silêncio é com obra executada.” Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, disse o seguinte: “O povo de Manhouce sabe escolher muito bem, as pessoas souberam quem não queriam para a Junta de Freguesia e a derrota do PSD foi tão grande que as pessoas deviam muitas vezes ter vergonha de falar em determinadas situações. É fácil fazer demagogia, é fácil chegar aqui e debitar o que quer que seja. O museu de Manhouce não foi chumbado, apenas não houve financiamento porque existiam diversos projetos a nível nacional e, o dinheiro não dando para todos, foi feito um rateio das obras que o turismo quis financiar e não houve dinheiro suficiente para essa mesma obra. O mesmo aconteceu também para o ecotrilho, que também queremos fazer. São Pedro do Sul tinha sido, felizmente, um dos concelhos onde tinha muitos projetos aprovados a nível de turismo, tínhamos três ou quatro projetos aprovados e o Governo decidiu, e bem, que os outros concelhos também precisam e foi por esse motivo que não avançou. Mas já estão a ser dados os primeiros passos, na próxima reunião de câmara vai ser assinado o protocolo entre os municípios de São Pedro do Sul, Vale de Cambra e Oliveira de Frades para que o ecotrilho seja feito por estas três entidades, para depois se avançar com os projetos e se avançar com as candidaturas, porque entendemos que se fossemos nós a fazer o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ecotrilho aqui no centro de Manhouce, não ia potenciar o turismo de toda a nossa região e entendemos que, entre todos, será muito mais fácil termos um ecotrilho, que começa em Manhouce, passa por Vale de Cambra e vai até Oliveira de Frades, acabar na Praia da Carriça, que está a entrar neste momento em obra. Da parte da Câmara Municipal de São Pedro do Sul assumimos que, com ou sem participações do estado, nós iremos avançar com essa obra, nem que seja a Câmara Municipal a pagar a sua totalidade. Sobre a questão do vizinho concelho de Arouca, quando nós chegámos à Câmara Municipal recebemos uma Câmara com 26 milhões de euros de dívidas e a Câmara Municipal de Arouca, na altura, tinha 3 milhões a prazo, é essa a diferença das realidades entre as duas Câmaras Municipais. Relativamente à Feira da Vitela, nunca Manhouce teve tanta gente a vir de fora como tivemos na última Feira da Vitela de Lafões, o trânsito em Manhouce parou completamente, não havia circulação, os carros não conseguiam passar tal era a quantidade de pessoas que, num dia de frio, vieram a Manhouce. E provavelmente não saberá que na povoação de Gestoso ainda existem cerca de 200 vacas e vitelas, nós temos mais vitelas e vacas em Gestoso do que temos em toda a região de Lafões, de forma que não me venham dizer que isto é a feira das vaidades e de coisas que não existem. E a estrada de Gestoso vai ser uma realidade, irá ser alcatroada de certeza antes do verão, assim como a estrada do Carregal que desde sempre está em terra batida e também antes deste verão será uma realidade, em conjunto com a Câmara de Vale de Cambra. Sobre a pessoa que vive isolada, a informação que eu tenho é que essa pessoa quer viver ali e quando as pessoas querem viver isoladas e sozinhas nós não podemos estar a obrigá-las a sair e levá-las para outro lado. Relativamente à venda das escolas, isto dá vontade para nós podermos “malhar” sempre nas pessoas do PSD, nós vendemos a escola porque fomos obrigados, porque o anterior executivo do PSD fez um contrato de financiamento em que nos obrigava a vender património e o único património que a Câmara tinha eram escolas. Há um documento escrito em que nós tínhamos que vender escolas e as que nós vendemos foram aquelas que não estavam a ser utilizadas. Manhouce ainda tem muitas escolas que não foram vendidas, que estão a ser utilizadas pelas associações; foi vendida a escola do Carregal que estava desabitada, estava a deteriorar-se e houve um casal do Carregal que quis comprá-la para a requalificar, porque se assim não fosse ficava em ruínas, assim como a de Bustarenga. Neste momento a situação financeira da Câmara já está mais desafogada, embora tenhamos dívidas, já saímos desse sistema (PAEL) que é um programa de incentivo às Câmaras Municipais, já pagámos essa dívida toda deixada pelo anterior executivo do PSD e já não precisamos de vender escolas. Quanto ao CLDS, posso-lhe dizer que se o CLDS não tivesse existido em Manhouce, o Centro Social de Manhouce ainda não tinha sido aberto. Sobre o apoio ao associativismo, a Câmara Municipal está a apoiar todas as associações que neste momento estão a desenvolver atividades; existe aqui uma associação, a “Associação Ditoso Sabor”, que antigamente estava aberta aos domingos e que agora, quando passo por aqui ao domingo, não está aberta, não sei se tem ou não direção, mas nós não podemos apoiar aquilo que não nos aparece a pedir ajuda e aquilo que não sabemos se existe ou não.” Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Alberto Duarte Laranjeira (PS): Fez a seguinte intervenção: “O Museu de Manhouce é um projeto desta Junta de Freguesia, há quatro anos atrás disse que queria deixar uma marca em Manhouce e essa marca passaria pelo Museu. Sinto-me derrotado porque ainda não o consegui fazer, mas assumo; compramos o terreno, num sítio estratégico para que seja um Museu vivo, para que as pessoas de fora cheguem lá e se sintam em Manhouce, e só vim aqui por causa disto: com candidatura ou sem

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

candidatura, com apoio ou sem apoio da Câmara Municipal, o Museu vai ser uma realidade e garanto-vos que vai ser uma obra com muita qualidade, onde podem ficar representadas as meninas das Chãs, vai ter um centro de interpretação e vamos também agregá-lo à força do canto e da identidade desta gente. O ecotrilha, acredito que também seja uma realidade a partir de hoje; agora, não é em três dias que se convoca uma reunião com três presidentes de câmara, com três presidentes de junta, é com vários contactos telefónicos, demora meses; o Sr. Presidente da Câmara de Vale de Cambra, nos últimos quinze dias, não atendia o telefone a ninguém. Também queria aproveitar fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara: na última sessão, ficou combinado todos os Presidentes de Junta enviarem para a Câmara Municipal o levantamento das luminárias públicas apagadas, para juntar a um processo com todas as freguesias do nosso concelho e enviar para a EDP ou para convocar uma reunião com a EDP na Câmara Municipal, em que nós estaríamos todos presentes. Eu, da parte da Junta de Freguesia de Manhouce, tive esse cuidado, andamos de noite a fazer o levantamento rua por rua, luminária por luminária, temos cento e oitenta luminárias apagadas na nossa freguesia, e perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se já foi feita alguma coisa, qual o ponto de situação, pois é o único problema que não consigo resolver à nossa gente, nós conseguimos resolver tudo, mas nas luminárias sinto-me impotente.” Presidente da Câmara Municipal: Relativamente ao problema das luminárias, deu razão ao Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, que até mesmo a Câmara Municipal se sente impotente na resolução desse problema, porque é um problema transversal, não apenas do concelho de São Pedro do Sul. Disse que em São Pedro do Sul ainda existem as antigas luzes brancas, que ainda estão nos suportes antigos que não suportam as lâmpadas cor de laranja, e para que a empresa Painhas possa substituir essas lâmpadas e esses candeeiros antigos era preciso que a EDP desse autorização, e a EDP só dá autorização a umas centenas por cada município. Referiu ainda que a EDP vai ser obrigada por lei, no prazo de quatro, cinco anos, a ter este problema todo resolvido, mas que a Câmara irá resolvendo as situações mais complicadas, onde existem mais pessoas, através de telefonemas quer para a empresa Painhas, quer para a EDP. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal deu início à tomada de posse de Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix, como membro no Conselho Municipal de Segurança, que não tinha tomado posse nas anteriores sessões, o qual procedeu à assinatura da respetiva Ata de Tomada de Posse. O Presidente da Assembleia Municipal procedeu, então, à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, informando que o Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) apresentou, no passado dia 20, pedido de suspensão de mandato, por um período de 120 dias, por motivos pessoais e familiares inultrapassáveis. Posto o pedido de suspensão à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Após, colocou à votação a ata do dia 21/12/2018, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído previamente por todos os membros da Assembleia Municipal. Nota: Os Deputados Municipais que estiveram ausentes na sessão em causa não intervieram neste ponto. Verificaram-se, então, as seguintes intervenções: -----

Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira de Almeida (PSD): Usou da palavra para dizer o seguinte: “Eu tenho duas questões para colocar ao Sr. Presidente da Câmara, que têm a ver com a proteção e socorro no nosso município. A primeira delas, vem a talho de foice no discurso que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Sr. Presidente da Câmara teve no aniversário dos Bombeiros de Salvação Pública, em que com alguma preocupação notei que não houve nenhuma expressão relativamente ao trabalho desenvolvido pelas associações no que toca à fusão, que foi uma obrigação imposta pelo Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, para que haja um quartel, uma valência nova em São Pedro do Sul para albergar as duas corporações de bombeiros e a minha questão é neste sentido: saber efetivamente o que é que há de desenvolvimentos, saber qual é a opinião do Sr. Presidente da Câmara relativamente a este plano das duas associações em fazer a fusão com o objetivo do novo quartel de bombeiros. A segunda questão, tem a ver com as equipas de intervenção permanente, que são equipas constituídas por cinco elementos em cada corporação de bombeiros que estão no ativo, que estão em permanência no quartel, em prontidão, para socorrer qualquer questão que haja no nosso concelho. Também foi frisado nesse aniversário por algumas entidades, como a Liga dos Bombeiros Portugueses e a Federação dos Bombeiros do Distrito de Viseu, que seria importante a constituição dessas equipas no nosso concelho. O Sr. Presidente até avançou um valor a rondar os 100 mil euros, que seria o custo a suportar pelo município, isto num total de 200 mil euros, isto é, 50% é suportado pelo Estado e outros 50% pela Câmara Municipal. Isto seria um investimento a sério na proteção e socorro no nosso município, num orçamento de 30 milhões de euros que foi aprovado há pouco tempo, 100 mil euros é uma gota no oceano e penso que, com boa vontade de todos, podemos conseguir arranjar aqui uma maneira de colocar estas três equipas a funcionar desde já, antes do dispositivo para os incêndios este ano.” Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS): Fez intervenção com o seguinte teor: “O Grupo Parlamentar do PS, como sempre, zela pelos interesses dos sampedrenses, pelo interesse do concelho no seu todo, ao contrário da oposição que nada fizeram, não se preocuparam, ignoraram o anunciado com pompa e circunstância pelo Presidente do vosso partido quando anunciou que uma das prioridades do seu mandato era a justiça e o seu funcionamento, mas que terá ficado pelas intenções apesar do *show off*. O único órgão de soberania que temos no concelho, o Tribunal Judicial, que nos termos do artigo 202º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa tem soberania para administrar a justiça em nome do povo, esteve em perigo e se o Grupo Parlamentar do PS e o Executivo Camarário não estivessem estado atentos, bem que esta situação podia ver-se uma realidade a muito curto prazo, senão vejamos: a Lei 102/2013, de 26 de agosto, lei da organização do sistema judiciário que revogou a anterior lei orgânica dos tribunais, foi feita apenas com regra e esquadro e olhómetro sem qualquer sensibilidade para com os interesses do povo do Interior Norte, Centro, Beiras, Trás-os-Montes e Alentejo e estabelece o novo regimento de organização e funcionamento dos tribunais pelo Decreto-Lei 49/2014, de 27 de março, que regulamenta a lei atrás mencionada, e de uma penada são extintas todas as comarcas do país e criadas as grandes comarcas, e onde? Nos grandes centros urbanos e litoral. O Tribunal Judicial da Comarca de São Pedro do Sul foi uma das extintas, ficou com a denominação pomposa Juízo de Competência Genérica da Comarca de Viseu, competência territorial funcional e judicial na ação comum cível até um valor de 50 mil euros na ação penal, cuja moldura não seja superior a cinco anos de prisão, caso do processo comum singular, processos abreviados e sumaríssimos. O processo do trabalho, família e menores são da competência do Tribunal do Trabalho de Viseu e Tribunal de Comarca, por isso a competência genérica tem muito pouco, seria mais coerente ser de competência cível e penal. Com tudo isto, processos sem decisão final caem rotundamente em todos os seus setores cível e penal e com esta performance negativa, estaria o juiz de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competência genérica de São Pedro do Sul, mais ano menos ano, com funcionalidade de juízo de proximidade, o que seria um desastre ou uma catástrofe para o concelho. Ao tomarmos conhecimento desses factos reais, o Grupo Parlamentar do PS e executivo camarário tomaram iniciativa de recolher todos os elementos que, na nossa perspetiva, fossem válidos para tentarmos alterar o rumo dos acontecimentos. Assim, após reunidas as devidas condições e termos tido conhecimento de que iria haver alterações ao Decreto-Lei 49/2014, de 27 de março, foi solicitada uma reunião à Sr.^a Secretária de Estado Adjunta da Justiça, que se efetivou em 24 de março de 2018, à qual transmitimos todos os elementos por nós considerados relevantes, nomeadamente o relatório do trabalho elaborado pela comissão do pacto da justiça, que teve a paternidade de sua Excelência o Presidente da República, o relatório elaborado pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, à data juiz conselheiro António Henriques Gaspar, e pelo vice-Presidente do Conselho Superior de Magistratura, conselheiro Mário Belo Morgado, e ainda o estudo e a realização da reforma judiciária implementada pela lei 102/2013, de 26/08, estudo esse elaborado pela Direção Geral da Administração da Justiça, em 02 de dezembro 2017. Tínhamos conhecimento que o juízo de competências de Oliveira de Frades sofreu alterações com o regresso da competência funcional da família e menores novamente àquele juízo, assim propusemos à Sr.^a Secretária de Estado da Justiça a desafetação do concelho de Vouzela daquele juízo de competência genérica de Oliveira de Frades e a sua afetação ao juízo de competência genérica de São Pedro do Sul, transmitindo com bastante clareza e fundamentação a racionalidade dos nossos argumentos. Queremos referir que tínhamos a nosso favor o referido relatório do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e vice-Presidente do Conselho Superior de Magistratura, que defendia a nossa tese de desafetação de Vouzela, de Oliveira de Frades e integração em São Pedro do Sul. Até que, a 24 de janeiro de 2019, foi aprovado em Conselho de Ministros o Decreto-Lei de alteração e organização judiciária, que contempla a referida desanexação do município de Vouzela, do juízo de competência genérica de Oliveira de Frades e sua anexação com competência territorial do juízo de competência genérica de São Pedro do Sul na área cível e penal, Decreto-Lei com entrada em vigor a 23 de abril de 2019. Assim, sem qualquer alarido, com sentido e responsabilidade, eficiência e eficácia, conseguimos defender o que é nosso, o Tribunal, trazer até cá o povo do concelho vizinho de Vouzela que necessite de reunir as suas citações pela via judicial e, quiçá, outra dimensão ao tribunal e ao concelho.”

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Referiu que as assembleias municipais eram para debate, se uma bancada ou algum Deputado Municipal entendesse levantar um problema, estava em pleno direito de o fazer, mas que tal não podia impedir que houvesse debate sobre esse assunto e que estavam ali para debater e contrapor com os seus pontos de vista, pelo que não entenderam os remoques que o deputado Custódio Rocha lançou à oposição, porque não era uma questão concelhia, não era a Assembleia Municipal, nem a Câmara Municipal, a fazer as leis do país, cabendo transmitir essa visão ao governo que teria, se assim o entendesse, capacidade para alterar a lei. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Em relação à iluminação pública, perguntou o que é que mais tinha sido feito, se houve alguns contactos ou diligências efetuadas, referindo que irá fazer chegar a lista das luminárias apagadas da sua freguesia à Câmara Municipal no decorrer da próxima semana. Relativamente ao facto da escola do Carregal ter sido vendida devido ao Programa de Apoio às Autarquias Locais, assinado pelo executivo do PSD, disse que também a EDP tinha sido em parte vendida aos chineses, devido a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um programa que houve com o PS, que deixou para ser cumprido. Em relação à Feira da Vitela, disse o seguinte: “Não tenho nada contra, está no sítio certo, para mim deve ser feita em Manhouce, contudo o trabalho do desenvolvimento dessas potencialidades e os incentivos que se devem dar à produção da vaca arouquesa, neste caso, deve ser dada ao conjunto do maciço que é onde se produz a vaca arouquesa. Estou a falar em Manhouce, em Candal, em Carvalhais, em São Martinho das Moitas, em Covas do Rio, onde ela se pode produzir, é uma possibilidade para que as pessoas se possam afirmar do ponto de vista socioeconómico e se possam manter e fixar nessas freguesias. Mesmo na polifonia, aquilo que se canta aqui em Manhouce não é diferente do que se canta em Candal, ou do que se canta em Covas do Monte, agora é preciso trabalhar muito e Manhouce fê-lo muito bem e, felizmente, ainda tem população para o fazer. Temos que trabalhar essas potencialidades, é possível integrar as potencialidades de todo o concelho e acho que a política de incentivo em torno desses produtos endógenos deve ter uma política firme e consistente.” Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Disse que na última sessão tinha sido criada uma comissão no sentido de fazerem um levantamento relativo às habitações sociais na Negrosa, composta pelos Deputados Luís Rocha, Lina Roque, Ekaterina e ele próprio, referindo que desenvolveram algum trabalho nesse sentido, conforme proposto pela Assembleia Municipal, para saberem de quem eram as habitações sociais. Face a isto, disse o seguinte: “Fomos às finanças, retiramos os artigos, o 3181º e o 3182º, e verificamos de facto que as habitações sociais pertencem à fábrica da igreja. Depois de fazermos este levantamento falei com o padre Mário, que me disse que a fábrica da igreja, ultimamente, tem feito vários investimentos nas igrejas e que neste momento se encontra com alguma dificuldade económica, mas que eles pensam desenvolver um projeto imobiliário para o local e que neste momento, em função dos seus problemas financeiros, estão a aguardar para apresentar esse projeto. Tentei ainda desenvolver alguns esforços noutra sentido, de fazerem alguma obra no sentido de embelezar aquele local, porque está no centro da cidade, mas uma vez que eles vão fazer o projeto imobiliário, não estariam para despender qualquer valor nesse sentido.” Apresentou também outro assunto de extrema importância para o nosso concelho, o acesso de São Pedro do Sul à autoestrada A25, dizendo que: “É um limitador ao desenvolvimento do nosso concelho. Esta autoestrada, que fica a 15 km da nossa cidade, é a principal via que nos liga ao litoral e às maiores cidades do nosso país, nomeadamente Coimbra, Porto, Lisboa, etc. Temos neste acesso cerca de 3 km de percurso muito estreito, sinuoso, onde já tivemos diversos acidentes, alguns mortais: trata-se da EN16, no limite do concelho, que vai das Termas até à primeira rotunda de Vouzela. Este troço integra a rede rodoviária nacional, não é das autarquias, contém no seu total treze curvas muito sinuosas, ou seja, em média temos por cada quilómetro percorrido quatro curvas, sinuosas e perigosas e existe uma faixa de rodagem que se encontra com uma base abatida, sinalizada, nada se tem feito, podendo a qualquer altura uma viatura de grande tonelagem vir a ter um sinistro grave. Reconhecendo a importância de se encontrar um conceito nesta matéria e nesta assembleia, venho propor que se constitua uma comissão de quatro deputados para desenvolver os meios necessários, incluindo jurídicos, para apresentar à tutela uma petição para a requalificação deste percurso, isto é, elegermos aqui uma comissão de quatro elementos, de entre as duas bancadas, para começarmos a preparar uma petição para apresentarmos à tutela, no sentido de requalificar aquela estrada. Esta comissão, depois de constituída, terá um prazo de noventa dias para preparação da petição, que deverá ser apresentada na assembleia e, após, publicitá-la nos meios da comunicação social para em



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conjunto (deputados e os presidentes de junta) procedermos à recolha de assinaturas junto das populações para apresentarmos à tutela. Este trabalho será a título de desenvolvimento do nosso concelho e considero que deverá ser efetuado gratuitamente. Fica aqui a proposta que deixo à vossa consideração.” Deputado Municipal Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD): Disse estar de acordo com o que o Deputado Manuel Silva fez relativamente às habitações sociais da Negrosa, ambos trabalharam neste sentido e dado que o respetivo imóvel já estava escriturado, não valia a pena mexerem nele, e uma vez que já existe projeto, a Câmara Municipal também podia dar uma pequena ajuda para que o mesmo andasse para a frente. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que uma vez que aquele espaço vai ser um espaço imobiliário, no qual vai haver rentabilidade económica para a entidade gestora e dona daquele espaço, alertou o executivo no sentido de não descurar a questão social e a habitação social, uma vez que aquele espaço ainda tem pessoas carenciadas que ali vivem. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Disse que, em conversa com o Padre Mário, estaria garantida a habitação à pessoa que ali vive quando o imobiliário fosse executado. Presidente da Assembleia Municipal: Propôs que se nomeasse uma comissão de trabalho relativamente à proposta posta pelo Deputado Manuel Silva sobre a estrada Termas-Vouzela. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse que não era correto nem legal o facto de ser *pro bono*, mas se o executivo e a assembleia abdicarem das ajudas de custo, todos abdicariam. Presidente da Assembleia Municipal: Esclareceu que era um grupo de trabalho e que era uma pequena ilegalidade que estavam disponíveis a cometer. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Referiu ser lamentável e que não aceitava estas situações, que estava ali para desenvolver e trabalhar para o concelho, sem qualquer interesse, que as suas senhas de presença nas sessões da Assembleia Municipal eram doadas a uma instituição e que não aceitava que alguém que quisesse fazer parte daquela comissão quisesse ter honorários. Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Lembrou que na última sessão, quando o Deputado Lopes Ribeiro levantou a questão das casas sociais e quando foi para ser criada uma comissão, quer o Eng.º Ribeiro quer a Eng.ª Mónica, não se ofereceram como voluntários, porque não havia compensação financeira, parecendo-lhe que só trabalham se houver compensação financeira. Disse ainda concordar plenamente com o Deputado Manuel Silva, que estão ali para ajudarem os outros, não olhando à compensação financeira. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Dirigindo-se ao Presidente da Mesa referiu o seguinte: “O senhor sabe tão bem como eu que aquele grupo de trabalho que foi aqui instituído na Assembleia Municipal não está instituído legalmente, não há uma ata de trabalho, não há resumo dos trabalhos que foram feitos, não há introdução dos trabalhos na assembleia. Isto é um órgão oficial que tem regras e têm que ser cumpridas e não admito a ninguém que está nesta mesa que me aponte o dedo como voluntariosa. Eu sou sócia fundadora de imensas associações, trabalhei toda a minha vida em associações de forma voluntariosa, mas quando me candidatei à Assembleia Municipal esta tinha regras, regras nacionais que estão na Constituição da República, e que têm que ser cumpridas. Eu não vejo aqui nenhum executivo a dizer “Eu dou as minhas ajudas de custo”. A questão aqui é a legalidade e eu, que sou funcionária pública, para pertencer a uma comissão e se precisar de me deslocar a algum lado, tenho que ter um documento comprovativo para me dispensar do serviço. Eu fiz parte de várias comissões de trabalho, de várias reuniões com o Sr. Presidente de Câmara, para isso é que existe instituído isto nos grupos de trabalho e a forma de trabalho já instituída, e não é em São Pedro do Sul, é no

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

país. Aqui não é a questão de apontar o dedo e de trabalhar voluntariamente, eu trabalho voluntariamente fora da Assembleia Municipal, aqui sou Deputada Municipal e cumprem-se as regras da Assembleia Municipal.” Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Referiu que, enquanto Secretário da Junta de Freguesia no mandato de 1998 a 2002, também doou à junta o dinheiro que auferiu da gratificação, tendo sugerido que a Eng.^a Mónica exerça as funções da comissão fora do horário do seu serviço. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse que foi ele quem tinha levantado a questão do bairro social na última sessão com uma proposta que apresentou e quem tinha nomeado as pessoas para fazerem parte dessa comissão foi o Sr. Presidente da Mesa, não foi por voluntariado, que enquanto elemento da Assembleia Municipal entende que era trabalho e o trabalho tinha que ser pago. Presidente da Assembleia Municipal: Explicou que o que estava em discussão era a criação de uma comissão de quatro pessoas, duas de cada bancada, com a condição de que seja *pro bono*. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Usou novamente da palavra para perguntar o seguinte: “Vocês acham que este assunto é ou não importante para o nosso concelho? É ou não é fundamental para o desenvolvimento do nosso concelho? Se é fundamental temos de trabalhar, se estamos numa assembleia é uma comissão que quer trabalhar nesse sentido e, em princípio, fora do horário de trabalho. Portanto, eu proponho-me a fazer gratuitamente, proponho que haja uma comissão de quatro elementos, dois da bancada do PSD e dois da bancada do PS.” Presidente da Assembleia Municipal: Disse não ser jurista, mas que não via qualquer ilegalidade na nomeação de uma comissão de trabalho porque, no fundo, querem fazer uma recolha de assinaturas no concelho para poderem levar aos órgãos de decisão com alguma força. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Disse que estava disponível para fazer parte da comissão em *pro bono*, mesmo que seja ilegal. Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Disse também estar disponível, mas tinham que lhe pagar a senha de presença, sendo que iria doá-la a uma instituição local, porque se a comissão tem regras, estas tinham que ser cumpridas. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu que, assim sendo, também doava a sua senha de presença com todo o gosto. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Perguntou como é que iriam fazer a contagem do tempo para procederem ao pagamento das senhas e que valor iriam atribuir, referindo que a proposta que tinha apresentado era criar-se uma comissão de membros da assembleia, e que tinha colocado a questão à Assembleia Municipal, não ao executivo. Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Alberto Duarte Laranjeira (PS): Lembrou que a comissão que tinha sido feita na última sessão para resolver o problema das casas sociais também seria ilegal, mas que tinha ficado resolvido, que sendo ou não legal, o que importava era resolver. Presidente da Assembleia Municipal: Referiu que no regimento não havia nada que impedisse de existir um grupo de trabalho ou que dissesse que era ilegal, pelo que não iria haver senhas de presença, porque iriam penalizar os cofres da Câmara e não era essa a intenção deles. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse que também se disponibiliza para integrar a comissão, perguntando ao executivo o que é que fez até àquela data para resolver o problema daquela estrada, porque tinha sido dito pelo executivo que o responsável por aquela obra era a Câmara Municipal de Vouzela. Presidente da Câmara Municipal: Dirigindo-se à Deputada Municipal Mónica Almeida, disse o seguinte: “O presidente de Câmara Municipal é o primeiro a entrar na Câmara e muitas das vezes deita-se à meia-noite, sempre a trabalhar para o município. A senhora, enquanto



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

funcionária municipal, tem direito a dois dias de descanso, o Presidente da Câmara trabalha todos os dias, de segunda a domingo, como é do conhecimento público. O Presidente da Câmara e Vereadores trabalham muitas horas em *pro bono*, inclusive esta semana tive reuniões até às onze e meia da noite e o Sr. Vereador e os comandantes dos bombeiros até um pouco mais tarde, sempre em *pro bono*. De forma que os seus apartes caem-lhe muito mal e com uma segunda agravante: a senhora, enquanto funcionária municipal, sabe muito bem que assim é.” Em resposta ao Deputado Municipal António Ribeiro disse o seguinte: “Estamos a falar numa estrada que é inteiramente no concelho de Vouzela. No anterior governo, dezenas de vezes o Secretário de Estado Sérgio Monteiro, na altura no Pavilhão da Escola Secundária, veio prometer que aquela estrada seria uma realidade e esse senhor nunca recebeu o Presidente da Câmara, nunca atendeu um telefone, nunca respondeu a um telefonema, nunca respondeu a e-mails. Com este governo já tentámos encetar diligências junto do Secretário de Estado, no sentido de resolver o problema, sendo que antes tive uma reunião com o Sr. Ministro que disse que o assunto não seria com ele, seria com o Sr. Secretário de Estado. Ainda há pouco tempo estive com o Secretário de Estado do Interior em Castelo Branco, no sentido de sensibilizar os seus colegas das obras públicas e o Sr. Ministro das Obras Públicas para nos poderem receber. Concordo plenamente com a proposta do Manuel Silva, a Câmara Municipal estará solidária com todas as pessoas que queiram trabalhar no sentido de podermos ajudar a reconstruir uma via que realmente é essencial para o concelho de São Pedro do Sul, mas também para Vouzela.”

Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Relativamente ao trabalho em *pro bono*, esclareceu, em defesa dos seus colegas Presidentes de Junta, que recebem por mês duzentos e setenta e quatro euros e trabalham de manhã, muitas vezes quando os eleitores querem. Presidente da Assembleia Municipal: Depois de ter perguntado aos Grupos Parlamentares para indicarem as duas pessoas para integrarem a comissão em causa, esta ficou constituída pelos seguintes elementos: Manuel de Sousa e Silva e Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses, pelo Grupo Parlamentar do PS e António Lopes Ribeiro e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, pelo Grupo Parlamentar do PSD. Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Apresentou declaração de voto com o seguinte teor: “O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata gostaria de manifestar aqui a sua posição, no sentido de concordar totalmente com a criação deste grupo de trabalho, mas defendendo que deve existir sempre o princípio da legalidade, ou seja, se de facto é entendimento da Assembleia Municipal que é importante a criação de um grupo de trabalho para a resolução de qualquer problema ou para o estudo de qualquer situação que seja considerada importante, e esta é, então deverá ser cumprida a lei no sentido de ser paga, ser atribuída a senha de presença para as reuniões de trabalho que forem levadas a cabo no âmbito dessas tarefas. Portanto, o não cumprimento da lei, para além de ser uma ilegalidade, abre um precedente para outras situações (claro está que as pessoas estão de boa fé, ninguém põe isso em causa), deixa-se sempre uma porta aberta para outras situações que, de facto, nós não queremos que venham a ter lugar.”

Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Fez intervenção com o seguinte teor: “Eu trago a esta assembleia novamente o tema do Conselho Municipal da Juventude. Na passada Assembleia Municipal de setembro de 2018 foi-me respondido que esta assembleia não se realizava devido a entraves legais, no entanto, por este país fora, vários municípios continuam a reunir e segundo a apreciação de vários juristas do concelho de São Pedro do Sul não existe



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer impedimento legal. Por isso, peço uma explicação detalhada sobre o assunto e, se possível, que se torne público o parecer jurídico que sustenta esta posição. No caso desses entraves legais estarem ultrapassados, gostava de saber qual será a data da próxima reunião. Gostaria de sugerir também a criação de uma Assembleia Municipal Juvenil, como já acontece em Viseu, defendemos que para além do Conselho Municipal da Juventude seja criado a Assembleia Municipal Infantil em articulação com a comunidade escolar, com o objetivo de desenvolver o interesse pelo exercício dos direitos e deveres da cidadania, promover a intervenção cívica e política, fortalecer a capacidade de argumentação e defesa das convicções, bem como a promoção de valores, salientando a importância da tolerância, do respeito pela diferença de opinião e pela vontade da maioria. Esta assembleia, à semelhança do que acontece noutros municípios, é destinada aos alunos do ensino básico. Gostava também de ver esclarecida a medida anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara no Jornal Notícias de Lafões, em que previa ouvir os jovens emigrantes com estudos superiores e gostava de perguntar quando e de que forma pretende implementar esta medida e o porquê de só ouvir os jovens detentores de grau académico superior. Outro tema que eu gostava de trazer aqui a discussão é o que eu chamo de revolução tecnológica, outros chamam revolução industrial 4.0: da mesma forma que os tecelões perderam os seus empregos quando a máquina a vapor entrou nas fábricas têxteis durante a revolução industrial, muitos postos de trabalho não qualificados serão substituídos por robots nesta revolução tecnológica. Perante estes desafios é preciso encontrar soluções e novas respostas, até porque, segundo um estudo organização internacional do trabalho, nos próximos cinquenta anos surgirão entre 120 a 150 novas atividades profissionais, muitas delas geradas pela tecnologia. No entanto, o Presidente do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira, diz que num futuro próximo a inteligência artificial e a tecnologia em geral vão eliminar muitos mais empregos do que os que irão criar, estando assim condenados os empregos que necessitam de menor qualificação. Para dar resposta a esta rápida mudança de paradigma, no nosso entender, é necessário investir em infraestruturas tecnológicas e científicas, criar um programa que ajude as empresas a ultrapassar estes novos desafios, com apoio à inovação e formação de quadros, fomentar a ligação entre as escolas e empresas, aproveitando o conhecimento tecnológico que esta nova geração possui, alargar a oferta da incubadora de empresas, financiar os projetos de fim de curso de estudantes do concelho para transformar as suas teses, provas de aptidão tecnológica e provas de aptidão profissional em ideias de negócio. No nosso entender, São Pedro do Sul se começar a trabalhar rapidamente nesta matéria poderá beneficiar desta transformação. Nós temos no nosso concelho, como pontos fortes, uma boa cobertura da rede de fibra óptica, um custo de vida relativamente baixo, aliado a uma boa qualidade de vida e temos centenas de jovens sampedrenses altamente qualificados que todos os anos saem da nossa escola secundária, profissional e do ensino superior. É fundamental apanhar este barco o quanto antes e, no nosso entender, só é possível com forte investimento público.” Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Disse já ter alertado o executivo, via e-mail, para o facto de que em São Félix não estavam a ser cumpridas as faixas de gestão florestal em relação às estradas, perguntando o que é que estava a ser feito ou a pensar fazer, uma vez que se estava a chegar ao verão, ao pico de calor e dos incêndios. Perguntou também em que ponto estava o saneamento e a água canalizada no Entroncamento, se já tinham, ou não, sido feitos mais avanços nesse sentido. Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto (PS): Questionou o executivo sobre em que ponto estava o processo da ligação de São Pedro do Sul -

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Viseu, quando é que iriam avançar as obras dos prédios situados junto às piscinas municipais e qual o ponto da situação da unificação das duas corporações de bombeiros, dizendo que deveria haver uma posição no sentido de existir apenas uma corporação de bombeiros na cidade. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Fez a seguinte intervenção: “Como o Sr. Presidente dizia na última sessão, que me falta visão, eu vou recuar no tempo e dizia-lhe que visão para Manhouce foi quando se fez uma candidatura aos centros rurais através do setor primário, e se fez este trabalho maravilhoso, que ainda está aí, que foi todo o empedramento de Manhouce. Falar de Manhouce e não falar dos regadios tradicionais que foram feitos no passado, com verbas providas do setor primário, seria também um erro não falar nisso. Falar nos pequenos investimentos que foram feitos em Manhouce, “grandes obras”, também seria um erro não falar nisso. Vir a Manhouce com uma assembleia descentralizada e não perguntar ao Sr. Presidente da Junta ou ao Sr. Presidente da Câmara o que é que se anunciaria hoje à população de Manhouce em termos de grandes investimentos, sabendo que os grandes investimentos que foram feitos foram aqueles a que eu fiz referência, foi o Centro Cultural, foi esta obra onde nós estamos aqui e muitas outras mais obras que se realizam, mas obras de monta e de grandes importâncias foram efetivamente aquelas que se fez referência. Inclusive os dinheiros providos dos compartes e da venda do pinhal e que tanta obra se fez em Manhouce, isso representa qualquer coisa, um empreendimento em termos do setor primário. Hoje também foi anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara, e eu fico satisfeito por poder levar daqui esse anúncio, os trilhos do rio e a tão famosa Vitela de Manhouce. Obviamente que a Vitela de Lafões em Manhouce representa o concelho, representa a região, representa um produto endógeno que é efetivamente o arouquês, representa um levantamento obrigatório de sabermos exatamente que quantidade de animais existem em toda a zona serrana, para podermos amanhã continuar a termos orgulho, termos a própria vaidade de podermos dizer aqui “basta”, de andarmos aqui a empalear, quando daqui por meia dúzia de anos, se não tivermos agricultores, se não tivermos estes bovinos autóctones que ainda existem e não podemos de modo nenhum deixá-los morrer, deixá-los desaparecer. É importante que aumentemos o efetivo pecuário e será um projeto, uma proposta a sabermos que por que não fazer aquilo que não foi feito no passado, que existiam serviços do Ministério da Agricultura que trabalhavam os projetos definidos ou os objetivos bem traçados, que era se numa época foi a produção do leite, foi trabalhado um projeto para a produção de leite com gabarito, se o projeto era a produção de carne, foi trabalhado com gabarito esse mesmo projeto de produção de carne, se o projeto foi a avicultura e temos a avicultura sempre tivemos em Lafões e concretamente em São Pedro do Sul, algo que nós nos devemos orgulhar, por que não definirmos exatamente estas chamadas grandes prioridades e o setor primário temos que definir isto, temos que saber e não podemos andar aqui a fazer de conta, não podemos andar aqui a pensar que a grande festa que nós fizemos todos os anos em prol da Vitela de Lafões, e acho que é importantíssimo continuarmos a fazer, mas temos que ter matéria-prima, temos que ter produto para podermos comercializar, temos que ter aqui em Manhouce, do meu ponto de vista, algo que semanalmente devia haver, um dia dedicado à Vitela de Lafões, devíamos ter aqui um espaço para isso, um restaurante que fizesse esta oferta a quem quisesse vir aqui, ou ao fim de semana ou um dia determinado.” Disse ainda ao Presidente da Câmara Municipal que o facto do eleitorado ter votado 80% em Manhouce, não lhe dava o direito de dizer que tinha que “malhar” nas pessoas, não era correto, que não era a forma de lidar em democracia com as pessoas de forma cordial e correta, que em democracia, tenha a votação que tiver, tem que tratar

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

todos com a mesma igualdade, com a mesma democracia e com o mesmo respeito, sejam do PS ou do PSD, referindo que não admite nem concebe que um Presidente da Câmara utilize esse tipo de terminologia e que é importante, de uma vez por todas, adotarem mais postura e elevação, adotarem critérios para se poderem respeitar uns aos outros. Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Carlos Alberto Duarte Laranjeira (PS): Fez a seguinte intervenção: “Infelizmente no nosso país há instituições que vivem dos agricultores, quando deviam ser os agricultores a viver das instituições e agora essas instituições só nos complicam a vida. Há aviários aqui em Manhouce que estão há 30 anos a funcionar, hoje para resolver este problema, faz de conta que está tudo clandestino, alguns são ameaçados a fechar, como acontece com as vacarias, era impossível aguentarmos o agricultor viver, um homem que vive da agricultura, que tem muitos animais. Os nossos governantes de Lisboa fazem leis, mandam-nas aqui para Manhouce e nós temos que cumprir as mesmas regras. Tínhamos uma estrada para a Bondança e uma para Gestosinho, em que as povoações estavam habituadas a que, de quatro em quatro anos, se metiam lá as retroescavadoras e dois camiões a trabalhar, vinham as eleições nunca mais cá vinham e agora essas obras foram feitas, hoje não é preciso desviarmo-nos dos buracos para a Bondança nem para Gestosinho. O dinheiro não dá para tudo, mas mesmo assim estou disponível para ir a Lisboa com qualquer agricultor de Manhouce para tentar resolver os problemas, sendo que o único problema que eu não consigo resolver são as luminárias. Outra grande obra: não tínhamos água em Manhouce, vinham os jipes dos bombeiros trazer água a Manhouce, como é que é possível, é das obras mais importantes que temos na nossa freguesia.”

Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira de Almeida (PSD): Usou da palavra para responder à questão relativa à fusão das duas corporações de bombeiros, uma vez que é membro da direção, dizendo que: “Neste momento a vontade das duas associações é de se fundir, mas não a qualquer preço, porque é preciso garantir em primeiro o socorro à povoação. Já pensámos muito no assunto, tivemos muitas reuniões *pro bono*, em que vários modelos de fusão e alguns propostos poderiam causar transtornos a nível operacional, isto é, eu não quero que nenhum familiar nosso esteja à espera de socorro um ou dois minutos, quanto mais tempo poupar em termos de socorro pode ser a diferença entre a vida e a morte. Portanto, neste momento a situação é a seguinte: estamos preparados para fazer a fusão se o Estado Central nos ajudar com verbas para o quartel. Ela é única no País e não tem comparação com Espinho, porque esta fusão extingue uma associação com 134 anos de vida e outra com 94, enquanto em Espinho elas permanecem na vida. Está assim decidido pelas associações, neste momento o processo está ainda vivo, apenas depende que o Governo nos queira ajudar.”

Presidente da Câmara Municipal: Em resposta às intervenções feitas, disse o seguinte: “Em relação a estas reuniões que estamos aqui a fazer, isto é uma opção do Partido Socialista, faz parte da nossa política, da nossa maneira de ser, virmos às freguesias, estarmos junto das populações e ouvirmos as pessoas. No passado, com o anterior executivo, houve apenas duas reuniões, penso que uma aqui em Manhouce e outra em Valadares. Em resposta ao Sr. Deputado Rui Almeida, ele já respondeu um pouco sobre a fusão dos bombeiros, mas eu vou tentar explicar da melhor forma possível aquilo que se tem passado com os bombeiros. Os Bombeiros de Salvação Pública e Bombeiros Voluntários entraram numa situação de uma tentativa de fusão acerca de oito ou nove anos, fizeram regulamentos, as coisas foram andando, havia pessoas que concordavam e pessoas que não concordavam, como é próprio de duas instituições diferentes, com pessoas que pensam de maneira diferente. Houve candidaturas abertas para a construção de quartéis de bombeiros, da mesma forma que Santa



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cruz da Trapa se candidatou e recebeu dinheiro para fazer essas obras e a Câmara Municipal está a pagar o diferencial, cerca de 70, 80 mil euros para a construção do quartel de bombeiros, sempre nos pusemos à vontade para também pagarmos se os bombeiros se entendessem, fizessem candidatura, nós também já estávamos para lhe pagar o diferencial, porque geralmente o estado paga 85% e os bombeiros teriam de pagar 15%, ao contrário daquilo que aconteceu no passado, eu nunca ouvi da parte do anterior executivo dizer que participava os bombeiros na construção dos quartéis. A situação foi-se arrastando, passaram 8, 9 anos, essa candidatura é feita num programa POSEUR, esse programa acabou, acabou o dinheiro que existia no programa, foram construídos diversos quartéis aqui à volta (Castro Daire, Santa Cruz da Trapa) e os bombeiros de São Pedro do Sul nunca se conseguiram entender e ultrapassar esta questão para fazer uma candidatura. Recentemente há um projeto para a construção de um quartel na zona da Pedreira, esse projeto está praticamente pronto, já tinha sido aprovado numa primeira fase, pela ANPC, que é a entidade que regulamenta esse tipo de quartéis, eles propuseram determinadas alterações, entretanto as duas corporações de bombeiros fizeram essas alterações, mandaram novamente para a ANPC e neste momento ainda está lá. Recentemente, eu próprio mais dois elementos da direção das duas corporações dos bombeiros e os dois comandantes, tivemos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Proteção Civil, e no mesmo dia tive também uma reunião com o Sr. Ministro, onde eles disseram que teriam toda a amabilidade para poder ajudar, mas que nós deixámos acabar o prazo, ou seja, quando fomos falar com eles já tinham passado os prazos todos e já não havia dinheiro. Entretanto quando nós fomos falar com eles sabíamos que havia dinheiro de reprogramação de fundos comunitários, ou seja, vão ser gastos determinados dinheiros de fundos comunitários mas havia sobras, e nós queríamos que dessas sobras viesse dinheiro para os bombeiros. Ainda esta semana estive reunido com os senhores comandantes de bombeiros para falarmos e liguei diretamente ao Secretário de Estado da Proteção Civil que disse que me dava a resposta no dia seguinte e, ficam a saber em primeira mão, há possibilidade de, a curto prazo, o município se candidatar à construção de um Centro Municipal de Proteção Civil, ou seja, seria um quartel de bombeiros mas propriedade da Câmara Municipal, onde a Câmara Municipal teria que fazer o pagamento do restante. Para isso eles vão criar a possibilidade de, havendo fusão, esses projetos serem aprovados de uma forma mais célere, ou seja, os projetos são todos aprovados através de pontuações, e havendo fusão nós teríamos logo possibilidades de avançar, a curto prazo, na sua construção. Portanto, entendam-se os bombeiros, e eu acredito que possam vir a entender-se, que da parte da Câmara Municipal poderá haver condições para poder avançar com a construção do quartel como Centro Municipal de Proteção Civil. No que diz respeito às EIP (Equipas de Intervenção Permanente), são equipas constituídas por cinco elementos em que num caso de acidente, nós tínhamos uma equipa que avançava de imediato. No distrito de Viseu o único concelho que tem uma EIP é o concelho de São Pedro do Sul e havendo a possibilidade de apenas poder candidatar uma EIP, temos o problema de onde é que a vamos instalar, se nos Bombeiros Voluntários, nos Bombeiros de Salvação Pública, se nos Bombeiros de Santa Cruz da Trapa, porque todos eles a querem, e foi por isso que fiz a reunião com os comandantes de bombeiros e a verdade é que eles não se entenderam porque todos eles querem uma equipa. A EIP custa cerca de 30 mil euros ao erário municipal, porque o Estado paga metade e a Câmara Municipal está disposta a pagar cinquenta por cento. Entretanto, há uma outra possibilidade que foi lançada de criarmos três equipas, mas para isso os bombeiros também têm que se chegar à frente, nós estamos a financiar mil euros

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

por mês, tirando os seguros que pagamos, a cada corporação de bombeiros, ou seja, três mil euros por mês, se multiplicarmos pelos doze meses são trinta e seis mil euros, que dá para uma outra equipa EIP e aquilo que lhes foi proposto, e os comandantes concordaram, é os bombeiros abdicarem daquele subsídio e nós pagávamos outra equipa EIP, e outras três corporações de bombeiros arranjavam dinheiro, cerca de dez mil euros a cada uma, para pagarem a terceira EIP. É isto que está neste momento em cima da mesa, foi isso que já foi transmitido aos presidentes da direção, agora não estejam à espera que seja o Presidente da Câmara a dizer qual é o quartel de bombeiros onde vai ficar uma equipa EIP. O Rui Almeida também falou de um orçamento de 30 milhões de euros, é claro que 100 mil euros num orçamento de 30 milhões de euros não é muito, agora nós temos de considerar o seguinte: em pessoal gastamos 6 milhões de euros, eletricidade pública gastamos 1 milhão de euros, mesmo com tantas lâmpadas fundidas é daquelas coisas e que nós nunca chegamos a perceber, mas a verdade é que a eletricidade pública está sempre a aumentar, nós temos funcionários a tentarem controlar as situações, chegámos ao ponto de ter, por exemplo, situações em que escolas que já estavam abandonadas há muitos anos ainda tinham contadores de eletricidade, que já não existiam não sei há quantos anos; gastamos mais de um milhão de euros em transportes, temos muitas obras que transitaram do ano passado para este ano que também fez empolar o orçamento, por forma que são efetivamente trinta milhões mas, como se pode perceber, empolados por transferências anteriores. Em relação ao que disse o Deputado Custódio Rocha, foi uma luta conseguida, numa altura em que o tribunal de São Pedro do Sul cada vez tinha menos processos e estava em vias de poder fechar ou pelo menos algumas áreas. Sobre a questão dos animais certificados, aquilo que está a acontecer é que nós estávamos a financiar a entidade certificadora da vitela, segundo eu entendi o Presidente da Junta deu a entender que só estamos a certificar as vitelas de Manhouce mas não, estamos a certificar as vitelas de todo o concelho, só que entretanto nós temos que mudar a estratégia do financiamento, temos que arranjar uma outra situação que é pagar à cabeça e não dar à entidade que certifica, é uma situação que estamos neste momento a estudar. Sobre a ligação a Vouzela, concordo inteiramente, pessoas já lá faleceram e esperamos que realmente essa obra pudesse ser concretizada o mais rapidamente possível e contem com a Câmara Municipal para toda a ajuda que possam necessitar. Em relação ao que disse o Deputado Municipal Luís Rocha, sobre as casas sociais da Negrosa, então a igreja quer fazer ali um loteamento para rentabilizar aquilo e agora está a pedir à Câmara que vá lá gastar dinheiro para ajudar a rentabilizar aquilo que é da igreja! Nunca o município de São Pedro do Sul teve tantas obras a decorrer ao mesmo tempo como neste momento, isto implica que os nossos engenheiros e os nossos arquitetos não têm capacidade de resposta neste momento, nós já estamos a contratar fora para fiscalizar obras, para executar projetos, porque em casa já não conseguimos fazer tanta obra e tanto projeto, aquelas que estão em execução e aquelas que ainda queremos candidatar a curto prazo e será certamente uma novidade, algumas novidades que virão de obras que certamente irão ser lançadas. De forma que não se justifica a Câmara Municipal ir financiar a igreja quando nós, neste momento, estamos a contratar fora. E não nos compete a nós estar a garantir a habitação às pessoas, compete à igreja, se as instalações são da igreja, a igreja é que tem que arranjar as condições para essa pessoa que lá está. No que diz respeito àquilo que disse o Deputado Municipal Vasco Reis, posso-lhe adiantar que já houve um encontro sectorial na área da saúde, em que convidámos os médicos todos de que nós tínhamos conhecimento para estarem presentes numa reunião que decorreu nas Termas, para promovermos as Termas e para

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

promover o nosso concelho, foi já uma reunião sectorial feita com pessoas licenciadas, porque era uma área temática, e essa reunião já está a produzir efeitos. Sobre as questões levantadas pelo Presidente da Junta de São Félix, o senhor Presidente já não vem falar aqui como é que está a estrada de Vila Nova Torre ou na estrada de Casal Bom, porque entretanto essas estradas estão neste momento lançadas e entregues a um empreiteiro, essas duas obras têm um investimento total de 100 mil euros, tomaram muitos dos seus colegas aqui terem neste momento obras já assim adjudicadas no montante de 100 mil euros. A preocupação deste executivo é tentarmos fazer um bocadinho em todos os lados, porque toda a gente precisa de obras. Neste momento andam máquinas a fazer umas bases de sustentação para um depósito novo em Sacados, porque havia problemas de abastecimento de água num depósito que estava todo roto, perdia água por todo o lado. Sobre o saneamento, é uma questão que iremos lá, há problemas graves também noutros sítios, noutras freguesias, todos têm problemas, mas também já lhe disse uma vez que quero a sua ajuda no sentido de arranjar um terreno que nós possamos comprar para fazer a ETAR, porque sem terrenos não há saneamento. Quanto à questão das faixas, o município de São Pedro do Sul tem dezassete mil hectares de faixas que é preciso limpar, estamos a falar num investimento de 1,6 milhões de euros, o que nós estamos a fazer é ir fazendo a limpeza daquilo que entendemos que é mais urgente e, acima de tudo, sensibilizar as populações e isso tem sido feito por todo o lado através dos nossos serviços de fiscalização e também através dos nossos serviços do GTF e da Proteção Civil, fazendo reuniões nas paróquias, nas juntas, nas igrejas, no sentido das pessoas também ficarem sensibilizadas para esses mesmos cortes. No que diz respeito à ligação São Pedro do Sul – Viseu, é do interesse do município de São Pedro do Sul e de Viseu, nomeadamente do Sr. Presidente da Câmara de São Pedro do Sul e do Sr. Presidente da Câmara de Viseu, a concretização dessa grande obra e nós, numa primeira fase, estávamos a trabalhar projetos para que realmente pudéssemos vir a fazer qualquer coisa, só que o senhor Presidente da Câmara de Vouzela não está interessado nessa estrada. Ora, se Vouzela está no meio, como é que nós conseguimos fazer uma ligação São Pedro do Sul – Viseu? É muito difícil trabalhar nessas condições. Vocês podem nesta mesma assembleia, da mesma forma que fizeram para a ligação das Termas - Vouzela, também deliberar e arranjar uma comissão nesse sentido. Sobre os prédios junto à piscina, neste momento estão em construção, estão a andar, já há apartamentos vendidos, os trabalhadores estão a trabalhar por dentro, aliás é uma característica deste executivo e deste último período, que é em São Pedro do Sul existirem, neste momento, uma série de prédios que estão em construção, ao contrário daquilo que acontecia há uns anos atrás em que não havia prédio nenhum, em que os nossos jovens queriam comprar apartamentos em São Pedro do Sul e não havia apartamentos para venda. Respondendo ao Sr. Deputado Lopes Ribeiro, quando disse que obras é que vinha anunciar a Manhouce, posso dizer-lhe que venho anunciar a Manhouce a estrada de Gestoso, uma nova estrada que vai ser aberta e que a população já necessitava há muitos anos e que, com o apoio também da junta de freguesia, essa obra será concluída. O povo de Gestoso de uma forma gratuita cedeu os seus terrenos, não pediu nada em contrapartida, porque só as obras em conjunto, entre a população, as juntas de freguesia e a Câmara Municipal é que se podem concretizar. Também a estrada do Carregal será uma realidade, nós iremos estar ligados ao concelho de Vale de Cambra, que é uma ligação muito importante e que essa população há muito tempo esperava. Estas duas serão uma certeza e provavelmente haverá outras que poderão vir a ser feitas, mas posso-lhe dizer também que o saneamento de Manhouce será uma realidade, se não for este ano pelo menos irão comprar-se os



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

terrenos. Uma obra também muito importante, que muitas vezes as pessoas não dão importância nenhuma, foi a água que colocámos aqui na população de Manhouce, já existia mas no verão quando tínhamos mais população e quando ela era mais precisa, não havia água e isso foi também uma grande conquista. Falou também que havia de haver aqui um restaurante que fizesse oferta, o senhor não esteja à espera que a Câmara Municipal venha fazer um restaurante a Manhouce, compete à iniciativa privada construir os restaurantes e aqui bem perto, na freguesia vizinha, existem dois bons restaurantes e ganham dinheiro. Relativamente ao facto de que tinha faltado ao respeito, se há coisas que eu não admito a ninguém é que também me falem à consideração, nem a si nem à senhora Vera, por forma que a senhora Vera quando tiver alguma coisa a dizer que venha e o faça aqui, não tem é o direito de ir para as redes sociais falar mal e faltar ao respeito ao Presidente da Câmara Municipal, pode dizer que a Câmara Municipal faz menos obras num lado ou faz mais obras noutro, agora não pode faltar ao respeito ao Presidente da Câmara, não tem o direito de escrever coisas em desconsideração à minha pessoa, é uma questão de carácter da qual não abduco.” Vereador Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida: Respondendo ao Deputado Municipal Vasco Reis, disse o seguinte: “Acho que houve um entendimento que não foi correto, em relação ao que eu falei na Assembleia de Figueiredo de Alva sobre o Conselho Municipal da Juventude, em que foi colocada a questão do porquê de ainda não estar ativado e de não terem sido feitas as reuniões, falou de uma questão da ilegalidade, de não existirem pareceres que suportassem o facto de ainda não existir o Conselho Municipal da Juventude. O que eu disse, na altura, é que estavam a existir reuniões, nomeadamente entre a CNJ, a FNAJ, o município e outras entidades juvenis e era a minha opinião pessoal, e opinião do executivo, que havia situações no Conselho Municipal da Juventude, no regulamento e na legislação que não estavam de acordo com o que as políticas jovens exigem hoje em dia, na nossa opinião e na opinião de muitas associações. Deu-se um período, até ao final do ano, para essas situações serem alteradas, foram feitas propostas, a verdade é que em novembro voltámos a reunir e, infelizmente, não foram “vertidas” na legislação essas alterações, o que levou a que avançássemos então com o Conselho Municipal da Juventude. Neste momento já foi enviado o pedido de nomeação, penso que para a semana termina esse prazo de indicação dos representantes, portanto está em curso esse processo para nós efetivamente reativarmos. No dia 13 de janeiro também houve um encontro de associativismo no Cineteatro, que era uma das situações que nós defendíamos, onde foi feito um repto nesse sentido às associações presentes (estiveram cerca de 70 elementos de várias associações do concelho), para que, entre as associações, nomeassem uma equipa que os representasse para, nas reuniões, também participarem numa forma ativa nas políticas de juventude, nomeadamente no nosso concelho, embora a lei não permita que associações sem serem as associações juvenis pertençam e tenham voto no Conselho Municipal da Juventude, mas como convidados podem integrar essa Comissão Municipal de Juventude, e nós entendemos que o seu contributo é importante, porque também fazem atividades para jovens. Há muitas associações no concelho que fazem atividades para jovens, portanto no nosso entendimento elas, não tendo direito a voto, também devem participar de uma forma ativa. O ponto de situação é esse, esperemos em breve avançar com o que está em vigor, e eu acredito que nós vamos conseguir compensar este tempo que não trabalhámos e, em conjunto, chegar a algum entendimento. Não era uma questão legal que estava posta em causa, era uma questão de princípio, era uma questão de entendimento. Em relação à Assembleia Municipal Juvenil, é uma

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

vontade nossa, neste momento estamos a trabalhar nesse sentido para que efetivamente no próximo ano letivo, a partir de setembro, consigamos implementar com os procedimentos normais. É importantíssimo que a comunidade escolar e que os nossos jovens estejam integrados e percebam o que é que estamos aqui a fazer hoje, é importante que eles também participem, mas é preciso também haver aqui uma colaboração muito grande da parte da comunidade escolar, é fundamental que também acedam, porque é um processo que não é fácil, que é difícil de implementar, há sempre alguma resistência, temos que escolher aqui umas estratégias para conseguirmos lá chegar e temos pessoas capazes para isso. Nesse sentido e no sentido da preparação desse trabalho, já definimos este ano fazer umas jornadas da juventude em São Pedro do Sul, que vão ser 2 dias em junho, em que vai ser realizado um *gameday* com atividades para jovens, nomeadamente em relação às novas tecnologias, que é uma forma de captar e de atrair essa comunidade juvenil, de chegar próximo de jovens e mais perto deles. Em relação a uma notícia que saiu no jornal Notícias de Lafões, o Sr. Presidente já deu indicação da parte sectorial dos médicos, levantaram-se algumas dúvidas em relação ao que se pretendia efetivamente implementar e o que se pretende, de facto, é criar um fórum, uma plataforma de discussão, onde consigamos, através destes mecanismos, chegar mais próximos dos nossos jovens que estão cá com alguma regularidade. Os jovens que não estão cá, obviamente que é muito mais difícil estarmos em contacto com eles, e a forma que hoje em dia mais se usa são as plataformas e fóruns através da Internet e na altura o objetivo passava por aí. A questão de diferenciarmos aqui as pessoas que são licenciadas ou não, têm formação ou não, isto parte de um princípio que ninguém está a discriminar ninguém, toda a gente é importante, nós para discutirmos saúde, no caso, vamos chamar os médicos, os enfermeiros e depois também os auxiliares, mas vamos começar pela comunidade científica em alguns assuntos que eles no estrangeiro possam trazer também para o nosso concelho (infelizmente eles não conseguem cá estar presencialmente), o objetivo passava por aí, passava por ir buscar esse *know-how* e trazê-lo, como é que as coisas estão a correr, o que é que aprenderam, o que é que não aprenderam, que experiências é que têm, o objetivo essencialmente é esse. Isso está a ser trabalhado, já houve esta questão sectorial da área da medicina, estão a ser colocadas algumas questões, numa reunião em Fermontelos levantou-se a questão da legalidade das juntas poderem dar ou não os dados, isso foi feito com a melhor das intenções, foi feito para atingirmos este objetivo, umas responderam, outras não, nós de uma forma direta vamos chegar lá. Conto convosco para que consigamos integrar tudo, diretamente para a Ekaterina, para de facto conseguirmos pôr isto no campo.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Em defesa da honra, disse o seguinte: “O senhor Presidente da Câmara não pode, não deve mandar calar um Deputado Municipal, nós estamos em plena democracia, o senhor pode ter desentendimento com os seus munícipes, pode ter as razões que lhe assistirem relativamente ao facebook, mas julgo que não deve vir para uma assembleia trazer à liça as questões das redes sociais. O senhor tem que respeitar as bancadas, para o senhor ser respeitado tem de saber respeitar os outros, mesmo que um deputado municipal o contrarie na sua intervenção, que não seja uma contradição jocosa e mal-educada, o senhor não pode virar-se para um Deputado Municipal e mandá-lo calar.”-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à análise e discussão dos assuntos da
Ordem do Dia:-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Referiu que, relativamente às atividades realizadas em dezembro de 2018 e janeiro 2019 do Gabinete de Educação e Cultura, tinha decorrido no dia 22 de dezembro de 2018, no Cineteatro Jaime Gralheiro, um encontro de jovens sampedrenses, e tendo consultado a página web do município para saber mais detalhes sobre a atividade em causa, constatou que os dados referentes à programação do Cineteatro Jaime Gralheiro estavam desatualizados, sendo estes referentes a 2017. Também consultou o facebook do município e nada encontrou sobre esse encontro, pelo que pediu ao executivo resposta às seguintes questões: “Quantos jovens participaram neste colóquio? Quais foram os canais de comunicação para a divulgação do mesmo? Se houveram palestrantes, quem foram e quais os temas? Quais foram os objetivos principais deste encontro e se foram conseguidos? Que verba foi alocada a esta atividade? Se está programado mais alguma atividade desta natureza, se sim, quando?” Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Em resposta, referiu que o encontro de jovens sampedrenses não se tinha realizado, tinha sido desmarcado, mas como o Cineteatro estava marcado para o efeito, provavelmente tinha ficado a constar nas atividades da situação financeira. Relativamente aos dados do cineteatro, disse o seguinte: “Nós estávamos a pensar precisamente ter relacionado com o Cineteatro todos os eventos que possam ocorrer lá, sejam da câmara, sejam das escolas, sejam de uma associação qualquer, porque o Cineteatro é muito requisitado para atividades e a ideia seria criarmos uma espécie de link na nossa página do município, também obviamente todos os eventos são divulgados no facebook, que direcionasse para toda a programação que possa ocorrer no Cineteatro mensalmente.” Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Perguntou se estava previsto um novo encontro de jovens. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Respondeu que, no seguimento do que o Vereador Eng.º Nuno Almeida tinha dito, irão ser realizadas as jornadas da juventude em junho deste ano. Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Perguntou qual era, inicialmente, o objetivo do encontro de jovens. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Respondeu que era precisamente a criação do fórum de partilha de jovens para as políticas concelhias.-----

4.2 - INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SÃO PEDRO DO SUL: ----

Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Relativamente este ponto, fez o seguinte esclarecimento: “Atualmente a principal entidade que sinaliza casos para a CPCJ é a polícia, são as autoridades policiais, porque agora, por lei, eles têm que obrigatoriamente sinalizar todas as ocorrências em que achem que a vida dos menores está em perigo, a seguir estabelecimentos de ensino e, por último, o atendimento dos serviços da segurança social. Relativamente à modalidade “contacto de sinalização”, preferencialmente é por escrito, a seguir correio eletrónico e presencial, as faixas etárias mais representativas estão localizadas entre os onze e os catorze anos e a seguir quinze aos dezassete e depois dos zero aos dois e dos três aos cinco, e dos seis aos oito. Problemáticas sinalizadas, a principal é a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança, condição essencialmente de violência doméstica e consumo de álcool, sendo que as duas podem estar associadas, normalmente até estão associadas, e negligência e, por último, as medidas aplicadas no âmbito

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

dos processos da CPCJ nos acordos de promoção e proteção celebrados são essencialmente apoio junto dos pais, e apoio junto de outro familiar ou de acolhimento residencial. Há aqui algumas questões sobre as quais eu gostaria de tecer considerações: uma delas tem a ver com este aumento da violência doméstica, não só a nível nacional, é mesmo a nível concelhio, estamos a preocupar bastante, consumos de álcool a mesma coisa, até porque as duas estão muito associadas, a negligência também tem vindo a prevalecer, os pais estão-se a demitir da sua função de pais, isso também se nota muito nas escolas, de os miúdos ficarem lá desde as oito da manhã até a escola fechar, há pais que poderiam ir buscá-los muitas das vezes antes. Tem que ser feita alguma coisa, temos de pensar todos um bocadinho como é que nós vamos ultrapassar estas questões, porque nós estamos a falar de crianças, e temos bastantes casos, que estão neste momento a sofrer este tipo de comportamento por parte dos adultos. As pessoas continuam a olhar para a CPCJ como um bicho papão, nós temos pessoas a entrar na CPCJ, quando têm os seus filhos sinalizados, a chorar e a dizer para não lhes retirarem os seus filhos, isto é do século passado. Hoje em dia a atuação da CPCJ não é nada disto, só em situações muito extremas e quando a criança está em perigo de vida, como é óbvio, nós estamos cá para ajudar os pais, todos nós temos problemas na nossa vida, ninguém está livre. A orientação CPCJ é ajudar as famílias, porque pode acontecer uma família desorganizar-se e nós estamos aqui na perspetiva de ajudar a família a voltar a organizar-se, isto porque queremos proteger as crianças que estão naquele seio familiar. Esta ideia de que a CPCJ anda a retirar crianças, isto já não se faz há muitos anos, exceto em casos muito específicos, às vezes até são adolescentes que não querem viver com os pais, querem autonomia de vida e eles têm o direito de fazer essa escolha. Por isso, cabe a todos nós comunidade começarmos a olhar para a CPCJ de uma maneira diferente da que tem sido olhada, há pessoas que ainda têm medo de sinalizar situações à CPCJ, podem fazê-lo de forma confidencial, nós só temos é que proteger as crianças e uma criança que está sujeita a determinados comportamentos, sejam verbais, sejam psicológicos, sejam físicos, merece que haja alguém que a proteja e todos nós temos que contribuir para a proteção da criança.”

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Referiu que, de facto, o trabalho das comissões de proteção de crianças e jovens em risco era bastante importante na nossa sociedade, que este era um trabalho de todos e que ficava bastante preocupada quando olhava para os relatórios e via que os principais problemas tinham a ver com questões de violência doméstica, considerando ser uma doença social, referindo ser importante que todos sejam chamados a colaborar na luta contra essa doença social em termos da sensibilização e do trabalho e levar a cabo algumas iniciativas que alertem para a existência da CPCJ, dizendo ser uma luta muito difícil, um trabalho que implicava uma grande persistência, pois estavam a lutar contra hábitos que estavam perfeitamente enraizados na nossa sociedade e não era de um dia para o outro que as pessoas iam alterar a sua maneira de atuar. Disse ainda que seria fundamental que a CPCJ, na sua forma alargada, definisse o conjunto de eventos, de atuações aos mais diversos níveis, para que essa situação pudesse ser trabalhada de uma forma articulada e pudesse atingir o maior número de pessoas. -----

4.3 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SÃO PEDRO DO SUL: -----

Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Referiu que, no que diz respeito às designações para a comissão alargada da CPCJ por parte da Assembleia Municipal, a lei referia



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, que os mesmos não tinham que fazer parte dos órgãos da Assembleia Municipal e quem ia para a CPCJ não ia por questões partidárias, mas com perfil para lidar com aquelas questões. Disse ainda que eram mandatos de três anos, que quem assumisse aquela pasta tinha que ser assíduo, que era tudo *pro bono* na CPCJ e que a reunião era mensal. Em resposta à Deputado Municipal Dr^a Ester Vargas, disse o seguinte: “Nós temos um plano de atividades que é feito em conjunto com as várias entidades que estão representadas na alargada e que depois acabam por estar também na restrita, este plano de atividades tem todas as atividades que as várias entidades desenvolvem e que nós achamos que estão de acordo com os nossos objetivos, e neste momento a CPCJ também vai fazer parte da rede social, sendo que as atividades do seu plano de atividades também estarão vertidas no plano de atividades da rede social.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:-----

- Rui Manuel Ferreira de Almeida.-----

De seguida passou-se à votação da proposta apresentada, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 34 votos a favor e um voto contra, ficando eleito para representante na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul, Rui Manuel Ferreira de Almeida.-----

4.4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO":-----

Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Relativamente a este assunto, disse o seguinte: “No artigo sexto, alínea e) do presente regulamento, é usado como fator de exclusão possuir habilitações no ensino superior, devido a esta alínea os alunos que frequentam cursos do segundo ciclo não estão abrangidos. No nosso entender, os alunos que frequentam o mestrado devem ser também selecionáveis para beneficiar da referida bolsa de estudo, porque limitar os bolseiros à licenciatura não promove a igualdade de oportunidades. Também no artigo sexto, alínea c), é imposto um limite de idade de vinte e cinco anos para os possíveis selecionáveis. No nosso entender, esta discriminação não promove a igualdade de oportunidades, um aluno que por algum motivo ingresse mais tarde no ensino superior, que seja brilhante e carenciado, não pode ser discriminado quanto à idade. No artigo décimo, alínea d), faz uma discriminação à dimensão do agregado familiar. No nosso entender, esta alínea deve ser anulada e os pontos atribuídos à alínea a) “rendimento “per capita” mensal do agregado familiar”, na nossa opinião, não interessa a dimensão do agregado mas sim o seu rendimento per capita. Na alínea d) do mesmo artigo é feita uma discriminação quanto à idade. No nosso entender, esta alínea deve ser anulada e os pontos divididos entre a alínea a) “rendimentos *per capita*” e alínea b) “aproveitamento escolar”, no nosso entender, devem ser beneficiados com a bolsa de estudo os alunos mais carenciados e com melhor aproveitamento, independentemente da sua idade. É também importante que seja previsto neste regulamento o número de vagas para cada ano letivo.” Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Em resposta, referiu o seguinte: “Todos os regulamentos que vêm à Assembleia Municipal já estiveram em inquérito público durante um mês, o que quer dizer que todas as pessoas que se quisessem manifestar



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre os mesmos, poderiam tê-lo feito. Este é o momento final, em que eles estão na reta final, que vêm à aprovação da Assembleia Municipal. De qualquer forma, nós recebemos algumas queixas que considerámos que tinham fundamento, que tinham a ver com o facto de um bolseiro que recebesse a bolsa por parte do Ministério da Educação não poderia ter acesso à bolsa municipal e muitas vezes a bolsa do Ministério da Educação era inferior à bolsa municipal. Então, nós viemos repor esta situação no sentido de, mesmo que recebam bolsa do Ministério da Educação, a Câmara suporta o restante valor até ao limite estipulado anualmente, ou seja, o número de vagas a abrir e o limite de cada bolsa em termos monetários é estipulado anualmente em reunião de câmara, todos os anos levamos a reunião de câmara quantas bolsas vamos abrir e qual é o valor máximo da bolsa, e foi nesta senda que nós fizemos essa alteração deste regulamento. Quando os cursos têm o mestrado integrado obrigatório, que é o caso por exemplo de medicina, apoiamos os seis anos, mas há cursos que não têm o mestrado obrigatório para a conclusão, existem cursos que têm só licenciatura. Neste momento, qualquer pessoa pode candidatar-se à bolsa municipal mesmo tendo acesso à bolsa do estado e nós colmatamos a diferença entre a bolsa do estado e o valor que estamos a atribuir.” Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Disse que para ser professor do ensino secundário era preciso mestrado, mas que este não era integrado, pelo que iria ser prejudicado. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Respondeu que isso era um problema que o Ministério da Educação deveria resolver, era uma questão que deveria ser resolvida em termos nacionais, porque se uma pessoa ao fim da licenciatura não pode exercer a função para a qual tirou a licenciatura, deveriam integrar o mestrado, não fazia sentido uma pessoa tirar uma licenciatura e ser obrigada a tirar o mestrado que não estava integrado, como é o caso de medicina. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que esta bolsa de estudo tinha sido criada pelo atual executivo, que antes não havia bolsa de estudo, que este processo esteve em inquérito público durante trinta dias, em que o Deputado Municipal poderia ter apresentado todas as situações que apresentou aqui, mas que estavam na fase final para ser votado. Disse ainda que, futuramente, poderiam pensar em fazer alterações. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Fernando Pinto Duarte, Vogal da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **13 abstenções** dos Deputados Municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Vasco Manuel Simões Reis (PSD), Rui Manuel Ferreira de Almeida (PSD), Ana Paula Corria Martins, Tesoureira da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

Presidente da Câmara Municipal: Disse não entender o motivo da abstenção do PSD, considerando que o presente regulamento esteve em inquérito público durante trinta dias, qualquer Deputado Municipal poderia ter apresentado alterações e não as fez na altura certa.

4.5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE APOIO E FINANCIAMENTO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO":-----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA UNIVERSIDADE SÉNIOR":-----

Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Sobre este assunto, disse que no capítulo dois, número dez, ponto um, defendem que o valor da propina deveria ser variável consoante os rendimentos de cada aluno, de forma a fomentar a hipótese de igualdade social e igualdade de oportunidades, e que no capítulo dois, sexto ponto, é referido que existe um número de vagas limitado, pelo que era do interesse dar prioridade de admissão aos residentes do concelho de São Pedro do Sul. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que as pessoas eram todas consideradas de igual forma, que a questão da igualdade social era feita em função do que se declarava para efeitos de IRS e em função daquilo que se pagava e que, a partir daí, as pessoas tinham que ser todas tratadas de igual forma, porque todos eram iguais depois de ser abatido o dinheiro do IRS, ou seja, o IRS é que fazia a separação entre aqueles que deviam pagar e os que não deviam pagar. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Fernando Pinto Duarte, Vogal da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **13 abstenções** dos Deputados Municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Vasco Manuel Simões Reis (PSD), Rui Manuel Ferreira de Almeida (PSD), Ana Paula Corria Martins, Tesoureira da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO DO 1.º CICLO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO ÀS FAMÍLIAS DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR": -----

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Sobre este ponto, referiu o seguinte: “Eu só queria dar nota positiva de efetivamente vermos no terreno, espero que para muito breve, esta situação. Nós temos um problema social no concelho, para quem tem filhos em idade escolar e as famílias trabalham, não têm soluções para a componente de apoio à família, e esta componente de apoio à família é uma componente obrigatória de apoio por parte do município. Vou dar o exemplo, Oliveira de Frades, Vouzela, Castro Daire, Viseu, em que a própria escola organiza, ou seja, aquilo que se está aqui a fazer é permitir que as crianças tenham efetivamente algum apoio na componente de apoio à família, de famílias que não têm capacidade para o pagar. Havia um problema em São Pedro do Sul que era: as instituições privadas já não conseguem absorver mais crianças, nem a MUT, nem a Misericórdia têm lugar para mais crianças na componente de apoio à família, e isto vem trazer uma luz para muitos pais



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não tinham outra solução. Hoje o número de nascimentos também está muitas vezes relacionado não com as dificuldades financeiras diretas, mas com este problema social que existe. Portanto eu só espero que efetivamente, na minha opinião tardio, mas que funcione o mais rápido possível e que nunca mais deixe de existir esta componente de apoio à família.”

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

4.9 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SUL, PARA REQUERER DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE PRÉDIO DESTINADO A AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIO NOVO NA FREGUESIA DE SUL": -----

Presidente da Junta de Freguesia de Sul, José Pedro Maurício Pereira (PSD): Fez o seguinte esclarecimento: “Há necessidade de ampliarmos o cemitério, que tem cerca de vinte e cinco anos e quase 40% da ocupação daquele cemitério foram pessoas que vieram de fora. Necessitamos de ampliar e também criar infraestruturas de apoio ao cemitério, melhorar as acessibilidades. Encetámos negociações com os proprietários daquele terreno, as coisas estavam bem encaminhadas, mas houve alguém que se meteu e inflacionaram o preço. Estamos a falar de uma parcela de 1400 m² que se encontra em REN, carece ainda de um pedido à CCDR e a última proposta que nos foi enviada foi de 25 mil euros, entretanto desceram para 15 mil euros. (estamos a falar de uma propriedade rústica que tem 1400 m² e que não se justifica este valor), nós tentámos fazer ali uma proposta e por isso é que se pretende esta expropriação e, como as Juntas de Freguesia não têm capacidade de poder expropriar, propusemos esta situação à Câmara Municipal, que pediu parecer à DGAL e por isso é que tem de se celebrar esse contrato interadministrativo.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

4.10 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "PROPOSTA DA FREGUESIA DE SUL PARA ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A EXECUÇÃO DE FAIXAS DE PROTEÇÃO ÀS VIAS MUNICIPAIS": -----

Presidente da Junta de Freguesia de Sul, José Pedro Maurício Pereira (PSD): Fez o seguinte esclarecimento: “Esta alteração decorre do contrato celebrado entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para a execução das faixas de proteção. Devido à urgência de, no ano passado, avançarmos com a limpeza das faixas junto às estradas municipais, avançamos no mês de julho com esta limpeza. Posteriormente, veio o contrato para nós assinarmos e submetermos à Assembleia de Freguesia, onde houve a intenção do mesmo ser aprovado com uma ressalva, que foi a introdução da cláusula nº 7, em que o primeiro outorgante, o município, após a fiscalização dos trabalhos, emitirá um relatório da conformidade da realização dos trabalhos.”

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que afinal tinha razão em relação ao que havia dito sobre este assunto, que agora melhoraram o documento para melhorar a atividade que iriam desenvolver, para melhorar o desempenho e o trabalho que iriam realizar nas faixas de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

limpeza. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu não ter percebido em que é que o Deputado Eng^o Lopes Ribeiro tinha razão, que as pessoas estavam de boa-fé e que desde que houvesse entendimento as coisas corriam sempre bem. Referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa executou obras da sua freguesia, Pindelo dos Milagres e Sul estavam neste momento também a executar obra e que nunca se tinha posto em causa se as coisas estavam bem ou mal; se a Assembleia de Freguesia tinha proposto a alteração à Junta de Freguesia e esta tinha concordado, a Câmara Municipal também não poderia estar contra. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu não ser uma questão de honra e que era precisamente por isso que a Junta de Freguesia de Sul tinha pedido um auto de averiguação para saber se sim ou não, dizendo que não era só o Presidente da Câmara Municipal que tinha razão. Presidente da Câmara Municipal: Retorquiu que tanto o Presidente da Câmara Municipal não tinha sempre razão, que a Junta de Freguesia, através da Assembleia de Freguesia, tinha proposto uma alteração e o Presidente da Câmara, muito simplesmente, a tinha aceite, sem qualquer tipo de problema. Presidente da Junta de Freguesia de Sul, José Pedro Maurício Pereira (PSD): Referiu não haver nenhuns segredos e que estava à vontade, porque as coisas com ele eram transparentes, que sabe aquilo que faz e que tem, estava lá à vista e podia ser auditado pela Câmara Municipal ou por qualquer Deputado Municipal. Disse ainda que não era uma questão de competência, porque a Junta de Freguesia de Sul, assim como outras juntas, já tinham feito candidaturas ao PRODER e ao Portugal 2020 para a gestão daquelas faixas e nunca se tinha posto em questão se tinham ou não competências, porque se não houvesse competência nesse sentido, esses projetos nunca teriam sido aprovados. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Sobre as faixas de gestão de combustível, fez o seguinte esclarecimento: “Aqui não tem nada a ver com as competências das Juntas de Freguesia, muito menos as que são detentoras de equipas de sapadores florestais, que são as pessoas que legitimamente melhor estão em condições no território de fazer as faixas de gestão de combustível, e o problema está, desde o primeiro momento, da forma como a situação foi resolvida e colocada no campo. Uma coisa é a faixa que é cumprida na íntegra, precisa de auto de avaliação no local para ver se foi efetivamente feita ou não, uma coisa são limpezas de bermas e de mato, outra coisa é fazer uma faixa de gestão de combustíveis conforme diz a lei e é isso que se impõe. O Presidente da Junta de Sul esteve muito bem neste ponto, o que ele fez foi exatamente colocar na contratualização, tem de ser feito um auto de vistoria para dizer que está a cumprir ou não. Atenção que há responsabilidade relativamente às faixas de gestão de combustível, e o que se pretende é que o concelho todo tenha faixas de gestão de combustível, sejam elas por candidaturas, sejam elas pelas equipas de sapadores florestais, seja pelas formas que nós conseguirmos, em conjunto, ir buscar mais verbas. Agora, faixas de gestão de combustíveis têm regras, senão não são faixas de gestão de combustíveis.” Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que ninguém tinha dito o contrário daquilo que a deputada disse, referindo que: “O que está aqui em causa é transferir competências para as Juntas de Freguesia, no sentido de cada uma na sua freguesia, ou dentro das possibilidades das equipas de sapadores florestais, dar o dinheiro a ganhar nas suas freguesias à gente de São Pedro do Sul, porque, se não, temos de contratar empresas. Por exemplo, neste momento temos uma empresa que ganhou a limpeza das margens do rio em São Pedro e que também vai começar brevemente aqui em Manhouce, em que veio uma empresa de Braga com gente de Benavente ganhar para aqui dinheiro, e aquilo que se pretende é dar dinheiro a ganhar aos sapadores florestais e a quem é



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daqui da nossa região, senão o que acontece é que, se a gente não der o dinheiro a ganhar aos que cá, qualquer dia não temos cá gente nenhuma.” Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Perguntou ao executivo se a intervenção que está a ser feita na EN227, na freguesia de Santa Cruz da Trapa e atualmente na freguesia de Valadares, tinha a ver com a limpeza das bermas ou se tinha a ver com a faixa de proteção obrigatória, tendo em conta os requisitos que existiam na faixa de proteção. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, disse que apenas lhe causavam preocupação aquelas que não estavam a ser feitas, pois aquelas que estavam a ser feitas estavam a ser muito bem feitas. Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Usou da palavra para endereçar os seus parabéns pela transparência e pela coragem que o Presidente da Junta de Freguesia de Sul pôs na questão anterior. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.11 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "REFUNCIONALIZAÇÃO DA ZONA DE LAZER EM POUVES - PARQUE AMBIENTAL - DECLARAÇÃO DE INTERESSE COLETIVO E OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA": -----

Deputado Municipal Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS): Referiu que esta vai ser uma obra que vai trazer muito valor a quem visita aquele lugar, principalmente no verão, vai ficar um lugar bastante apazível e que vinha de encontro àquilo que foi dito na campanha eleitoral. Presidente da Câmara Municipal: Relativamente a este assunto, disse que irão fazer um investimento de cerca de 45 mil euros na praia de Pouves, no sentido de requalificar todo aquele espaço, que iria ficar muito melhor. Referiu ainda que, para além disso, irão também requalificar, a curto prazo, a praia do areal da Ucha na freguesia de Figueiredo de Alva e, nos próximos anos, irão continuar a fazer a mesma coisa nas outras freguesias. Disse também que isto vinha na sequência daquilo que se propuseram, a nível ambiental, para o nosso concelho.

Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.12 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "DECLARAÇÕES DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO E COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31/12/2018": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **22 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), António José Correia Ferreira Alves (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Alberto Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Fernando Pinto Duarte, Vogal da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **13 votos contra** dos Deputados Municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Vasco Manuel Simões Reis (PSD), Rui Manuel Ferreira de Almeida (PSD), Ana Paula Corria Martins, Tesoureira da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Apresentou, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, declaração de voto com o seguinte teor: “Esta posição tem em conta o que se passa, é que de facto a apresentação de um conjunto de recebimentos de coisas que estão em atraso, mas o que é certo é que há valores que a Câmara tem a receber da Termalístur há já bastante tempo e que não são cobrados, portanto acho que se deve começar precisamente por aí, por essa questão, e foi isso que fundamentalmente esteve na base do nosso voto contra.”

4.13 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NOS DOMÍNIOS DA PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS - DECRETO-LEI Nº 20/2019": -----

Presidente da Câmara Municipal: Relativamente a este e aos dois pontos que se seguem, fez o seguinte esclarecimento: “Como é do conhecimento público, o Estado, neste momento, está a transferir para as autarquias uma série de competências: uma delas foi sobre praias fluviais ou de mar, outra sobre o jogo, outra sobre promoção turística, (neste caso, atira para as CIM’s), vias de comunicação do Estado, justiça, fundos europeus (também é para a CIM), bombeiros (também é para a CIM), espaços do cidadão, habitação, estacionamento público, património e imobiliário público. Foram onze delegações de competências que, há um ou dois meses atrás, foram transferidas para as autarquias locais, as quais nós entendíamos que para nós seria pacífico, não traria qualquer problema ao erário municipal, não traria qualquer problema para o município. Mais recentemente o Estado delegou mais quatro competências e eu, ao fazer esta introdução, vou falar já nas três competências para não repetir. Estamos a falar na educação, na saúde, na saúde animal e alimentos e na cultura. No que diz respeito à cultura, nós vamos aceitar, porque para nós não tem qualquer tipo de problemas, não temos nenhum monumento nacional, vamos ter para breve com o Balneário Romano, mas a lei é de agora, de forma que não temos nada relacionado com cultura, não nos afeta e vamos aceitá-la. A saúde animal e alimentos, a saúde e

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

educação já são casos diferentes, são situações que nós, Câmara Municipal, não queremos aceitar sem negociações. No que diz respeito à saúde, eles pretendem transferir-nos à volta de trezentos mil euros, mas com esses trezentos mil euros temos que pagar aos funcionários de limpeza do Centro de Saúde, temos que pagar à segurança do Centro de Saúde, temos que fazer a requalificação tanto do edifício do Centro de Saúde de São Pedro do Sul como do de Santa Cruz da Trapa e os dois postos de Pindelo dos Milagres e de Sul, temos uma determinada verba insignificante para os três veículos que o Centro de Saúde de São Pedro do Sul tem e que estão completamente velhos, e entendemos que os trezentos mil euros não chegam para as necessidades urgentes que aquele edifício tem. A mesma coisa no que diz respeito à saúde animal e alimentos, numa situação menos grave, mas a situação mais grave será certamente a situação da educação. A situação da educação atira para os quadros do município mais de cem funcionários, porque na saúde são cerca de dez, mas depois há outros que têm contratos por fora, mais tarde ou mais cedo vai dar problemas, porque ao fim de três anos é preciso passarem ao quadro e então aí a situação é mais grave. De maneira que no que diz respeito a estas matérias da educação, saúde, saúde animal e alimentos, nós não queremos aceitar a delegação destas competências sem efetivamente entrarmos em negociações com os diversos ministérios para discutirmos valores. Sabemos concretamente aquilo que nos querem dar, mas queremos saber também e acima de tudo os valores que nos querem dar, para não entrarmos daqui a dois ou três anos numa situação que poderá vir a ser de rotura nas finanças municipais. De forma que têm que ser passos muito bem dados no que diz respeito a estas três, as quais nós entendemos que para já não as devemos aceitar, até que haja negociações que nos digam que o dinheiro que nos transferem dê para pagar as despesas.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.14 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO - DECRETO-LEI Nº 21/2019": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.15 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE - DECRETO-LEI Nº 23/2019": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

Deputado Municipal Vasco Manuel Simões Reis (PSD): Disse não ter percebido quando o Presidente da Câmara Municipal referiu que em São Pedro do Sul a única obra cultural e o único edifício património cultural que tínhamos era o futuro balneário romano, quando existem outras



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obras culturais no município. Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho: Esclareceu que o Presidente da Câmara Municipal se estava a referir à rede de museus nacionais e que, de momento, não tinham nenhum. -----

4.16 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGUROS - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR TRÊS ANOS ECONÓMICOS": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

4.17 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE "ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTES À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS, DESIGNADAMENTE GASOLINAS E GASÓLEO, COM RECURSO A CARTÃO ELETRÓNICO DE ABASTECIMENTO, POR RECURSO AO ACORDO QUADRO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR QUATRO ANOS ECONÓMICOS": -----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 13 horas e 45 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,